



## REFORMA AGRÁRIA DENUNCIA POLÍTICA DO GOVERNO

Pág. 5

## LEI DE «SEGURANÇA INTERNA»

# DECISÃO FINAL FICA SUSPENSA

A votação na generalidade da lei fascista sobre segurança assinalou o fracasso do Governo PS/PSD no seu projecto de fazer entrar em vigor esta legislação o mais depressa possível: o protesto democrático e popular impôs o adiamento da decisão sobre o problema e determinou hesitações e recuos nos partidos do Governo - Pág. 3



## FESTAS

Integrado na 3.ª edição da Festa da Terra e do Mar, iniciativa dos comunistas de Sines, decorrerá amanhã (sexta-feira), a partir das 21 horas, um comício com a participação do secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal.

- Pinhal Novo - Festa Amiga, 3, 4 e 5 de Agosto
- Trafaria - Festa da Unidade, 3, 4 e 5 de Agosto
- Melides - Festa Popular/84, 4 e 5 de Agosto
- Damaia - Festa-comício da Unidade, 4 de Agosto
- S. Pedro da Cova - Festa da Unidade, 4 e 5 de Agosto
- Ermidas - Sado - Festa da Unidade, 4 e 5 de Agosto



A delegação do PCP à chegada ontem ao aeroporto de Lisboa

## ÁFRICA NO CAMINHO DO SOCIALISMO

### PCP no Congresso do Partido Congolês do Trabalho



O camarada Denis Sassou-N'Gusso foi reeleito presidente do Partido Congolês do Trabalho

Pág. 2

## Suplemento /

### «Segurança interna» e comunicação social



Mariano Rodriguez  
pintor  
e «inventor dos galos»

### QUEM QUER E QUEM NÃO QUER ARMAS NO COSMOS



## «A festa!»

### Uma grande voz do Brasil no palco «25 de Abril»



Alceu  
Valença

Serigrafia  
de Mariano  
Rodriguez

### Mais de 50 inscrições em apenas 5 dias!

Pela primeira vez  
na Festa do «Avante!»

### Fogo de artifício



LADISLAV  
FIALKA

Ladislav Fialka, à frente de um colectivo de actores-artistas, uma presença destacada na festa do «Avante!» 1984, um momento de contacto e numeroso prazer de todo o mundo. Com Ladislav Fialka, a expressão elevada de arte e representação directa do teatro de mimica.

### Ladislav Fialka - figura destacada do teatro de mimica presente no Alto da Ajuda



# SEMANA

## 25 Quarta-feira

Ramalho Eanes afirma em Ovar que o «processo de adesão à CEE irá constituir um choque profundo nos hábitos tradicionais» da vida dos portugueses. O grupo parlamentar do PSD boicota a discussão na Assembleia Regional da RA da Madeira de uma moção de censura ao governo de Jardim. A proposta de lei de segurança interna do Governo, em discussão na Assembleia da República, continua a ser criticada a partir de todos os quadrantes; o próprio Rui Machete, Ministro da Justiça, reconheceu na AR a necessidade de alterações. A CGTP-IN desmente o Governo, afirmando que os salários em atraso são 150 mil. A lista «A» denuncia em conferência de imprensa as irregularidades do processo eleitoral para a Múta dos Pescadores. O PC francês recusa-se a dar cobertura às cedências cada vez mais graves do PS, decidindo não participar no governo de Fabius. O Eurostat, serviço de estatísticas da CEE, conta 12 milhões de desempregados nos países do Mercado Comum, sem os dados da Grécia, e acha que não há perspectivas de melhoras. A soviética Svetlana Savitskaia é a primeira mulher a passar no espaço cósmico.

## 26 Quinta-feira



Os trabalhadores da Setenave reclamam no Ministério da Indústria as verbas prometidas por Veiga Simão há um mês. Na Madeira, Jardim pede a demissão, o Ministro da República mantém-no em funções e, no continente, Marcelo Rebelo de Sousa diz que o demissionário dava um óptimo candidato às presidenciais. A APU afirma no Porto que a criação de uma Empresa Pública de Água Potável «constitui uma manobra contrária aos interesses dos municípios e das populações». Foi lançada oficialmente a edição única dos «VIII Sonetos de Ary dos Santos». A Associação Portugal-URSS entregou ao MNE 22 080 assinaturas pela normalização das relações culturais, científicas e desportivas entre ambos os países. As propostas inaceitáveis dos racistas sul-africanos fazem fracassar as negociações com a SWAPO em Cabo Verde. O sindicato dos mineiros da Grã-Bretanha anuncia o prolongamento da greve que se arrasta há já quatro meses e meio; a polícia prende cem trabalhadores concentrados junto às minas.

## 27 Sexta-feira

Com muitas pressões e já de madrugada, o Governo consegue que seja votada favoravelmente na AR a sua proposta de lei sobre segurança interna; apesar das muito apregoadas futuras alterações, deputados da maioria não se apresentam à votação, dez socialistas presentes não deram o seu sim. Em carta a M. Soares, mais de 400 militantes do PS criticam a acção do secretário-geral do partido e Primeiro-Ministro, manifestando a sua preocupação com «o estado e o futuro» do País e o papel do PS na vida política nacional. Segundo afirma «o diário», «M. Soares é pessoalmente responsável pela intervenção do Governo na Múta dos Pescadores», o que desmascara este acto como puro compadrio político. A APU denuncia a atitude dupla do PS quanto ao problema do fim da recolha de lixo em Lisboa ao sábado à noite: a FAUL diz-se contra aquilo que os vereadores do PS na CM votaram favoravelmente. Os EUA pretendem «iludir as negociações e substituí-las por um debate sobre tudo em geral e nada em concreto», impossibilitando assim o início das negociações propostas pela URSS sobre a prevenção da militarização do espaço — afirma a TASS.

## 28 Sábado



As ORT's da metalomecânica pesada acusam o Governo de ser o responsável pela crise no sector. M. Soares fugiu aos protestos dos trabalhadores em Coimbra, onde foi inaugurado a ponte-agude ainda por acabar. Os apoiantes de Eanes afirmam que irão apresentar um candidato às presidenciais; entretanto, prossegue a actividade para a constituição de um novo partido, sendo anunciada a criação de um secretariado distrital provisório em Lisboa. Inicia-se em Brazaville o III Congresso do Partido Congolês do Trabalho; a delegação do PCP é chefiada por Álvaro Cunhal. A Comissão Chilena dos Direitos do Homem denuncia em Genebra a falta de respeito pela vida humana, o aumento das violações dos direitos humanos e a violência da polícia chilena. A URSS promenoriza a sua proposta de paz para o Médio Oriente: realização de uma conferência internacional sob a égide da ONU com a participação de «todas as partes interessadas».

## 29 Domingo



As eleições para a Múta dos Pescadores realizaram-se ontem; ainda não são conhecidos os resultados, mas as irregularidades foram muitas. Mais uma vez deflagrou um incêndio na serra de Monchique, onde há apenas três semanas ardeam 5 mil hectares de eucaliptos e pinheiros. Ardem também matas na serra da Mogueira, na região de Castelo Branco, na de Prouença-a-Nova e na de Idanha-a-Nova. Abriam em Los Angeles os jogos da XXIII Olimpíada de Verão; metade dos grandes nomes do desporto mundial está ausente. Pratas do ar desviaram um avião venezuelano que efectua a ligação Caracas-Curauçu, exigindo 5 milhões de dólares ou o equivalente em armamento; a bordo estão 87 pessoas, 4 das quais são portuguesas.

## 30 Segunda-feira

O dólar americano foi cotado pelo Banco de Portugal a 150\$05; também bateu recordes de valorização em relação a outras moedas europeias. Os bombeiros não têm descanso; tudo leva a crer que são más criminosos que ateiam os fogos nas matas de Monchique, Oleiros, Ponte de Lima. O Presidente da República recebeu uma delegação do Movimento Contra a Lei de Segurança Interna. Em todo o País continuam a fazer-se ouvir fortes protestos contra este diploma. O exército sandinista destruiu uma base de contra-revolucionários em Jinotega, perto da fronteira das Honduras, causando 300 baixas. Prossegue, entretanto, o recenseamento para as eleições de Novembro. Francine Benoit, prestigiada figura da música e da resistência antifascista em Portugal, completa hoje 90 anos.

## 31 Terça-feira

A Coordenadora das Comissões de Trabalhadores da Indústria Naval, numa petição dirigida ao presidente da Assembleia da República que foi hoje divulgada e, com outra documentação sobre a situação no sector, entregue na Presidência da República, defende a viabilização daquele ramo a que a AR «se debruce sobre esta área estratégica da economia». A Comissão Política do PS diz que os sete deputados socialistas que votaram contra a proposta de lei de Segurança Interna do Governo irão ser castigados. O FMI concedes mais um empréstimo a Portugal; desta vez são 400 milhões de dólares. Foram abatidos os assaltantes do avião venezuelano desviado no domingo e libertados os reféns. Foi desviado um avião da Air France.

### Editorial

# INTENSIFICAR, FAZER CONVERGIR A LUTA

Anteentem um novo empréstimo externo no montante de 400 milhões de dólares foi assinado em Lisboa com um consórcio de bancos estrangeiros, na sequência da «luz verde» dada pelo FMI ao Governo português no âmbito dos compromissos assumidos.

O Governo Soares/Mota continua a insistir nas falidas soluções monetaristas. A Dívida Externa portuguesa, que se exprime e é paga em dólares e que era em 18 de Julho último de 15 300 milhões de dólares, passou agora, desde o dia 30, para 15 700 milhões de dólares. Como naquela data o dólar se cotizava a 147\$58 (4) a dívida, traduzida em moeda portuguesa, ascendia a 2258 milhões de contos, ou seja, cada português devia ao estrangeiro cerca de 226 contos. Menos de 15 dias passados a cotação do dólar pulou para 150\$05, o que na nossa moeda significou um aumento da dívida para 2355,8 milhões de contos ou seja, mais 97,76 milhões de contos, dos quais 36,5 milhões pela simples subida da cotação do dólar e cada português passou a dever ao estrangeiro cerca de 235,6 contos.

Como é hábito, sempre que um novo golpe é vibrado contra a economia nacional ou a escalada do agravamento das nossas condições de vida sobre novos degraus, certo e sabido é que o Governo, ou pela voz do Primeiro-Ministro ou do «vice» Mota Pinto ou de qualquer ministro mais ou menos envolvido na jogada, vem dizer ao País, através dos órgãos de comunicação social que controla, que tudo marcha bem e cada vez melhor; que a curva da crise começou a ser vencida e que vêm aí melhores dias graças à sábia política do Governo.

Desta vez — e mais uma vez — coube ao ministro das Finanças e do Plano, Ernâni Lopes, a iniciativa da parolenta mistificadora e mais uma vez os governantes deram provas da sua total falta de escrúpulos enganando torpemente o povo português, apontando metas e resultados que sabem inatingíveis com a sua política.

Na parolagem do ministro é exaltada a forma como foi cumprida a determinação do FMI de redução do défice da balança de transacções correntes, obtida pela redução do nível do consumo e pela conseqüente redução de défice da balança comercial.

O ministro oculta deliberadamente alguns elementos importantes da mecânica interna destas reduções que foram obtidas no essencial pela redução da massa salarial em termos absolutos, pela redução das importações de bens de equipamento e pela recessão.

A redução da massa salarial foi obtida fundamentalmente pelo aumento do exército de reserva dos desempregados e pela queda do poder de compra dos salários — esta conseguida pela baixa do salário real dos trabalhadores, que atingiu mais de 7% em 1 ano, e pelo aumento do custo de vida, que de Janeiro a Junho deste ano aumentou de 31,1% segundo números oficiais que não oferecem, contudo, confiança, submetidos como são a um processo de manipulação.

O desemprego total ultrapassa agora o meio milhão de trabalhadores enquanto que o desemprego parcial (os trabalhadores com salários em atraso em número superior a 150 000 e os que, trabalhando aos «soluções», andam à procura de trabalho) ronda agora pelos mais de 950 000 (cerca de 1 milhão de trabalhadores).

A redução das importações de bens de equipamento deve-se principalmente à quebra da produção que se situa já nos 1,5%/2% e no encerramento de empresas, de que é uma indicação o aumento do número de falências o qual, só nos primeiros 3 meses deste ano, atingiu o dobro de igual período do ano passado.

É inteiramente verdade que a política de «austeridade», que Soares proclama como exigência absoluta de supera-

ção da crise, se exprimi apenas na política do «aperta o cinto» dos trabalhadores, na ruína dos pequenos e médios agricultores, industriais e comerciantes (estes acusam uma queda de 30% nas vendas). E só aí porque, no mundo dos «gestores» das empresas públicas e da banca e dos seguros nacionalizados — gente nomeada pelo Governo — principalmente entre os filho-família e homens de palha dos antigos monopolistas e financeiros e das conhecidas famílias ricas e parasitas do passado — continua-se a viver à larga. Basta ver as colunas mundanas da imprensa de direita, o novo regabofe das festanças e recepções da «alta sociedade».

Por seu lado, o Governo — cujos ministros, a começar pelo Primeiro-Ministro, passam a vida em viagens e passeatas, como a última de Soares à Coreia do Sul e ao Japão em que se gastaram 80 000 contos — é ele próprio um vivo exemplo de dissipação dos dinheiros públicos.

Na parolagem de apreciação do novo empréstimo o ministro anuncia a apresentação para breve dos decantados «planos de recuperação e modernização da economia» de que já deu a conhecer no IDN as linhas gerais.

Os miríficos «planos» deste Governo fascizante assestam, como se sabe, em premissas que reduziriam Portugal à condição de aldeia dos países mais desenvolvidos, ao papel de fornecedor de matérias-primas e mão-de-obra baratas, de produtor de produtos semiacabados com fraca incorporação da tecnologia e do trabalho português, de colónia de férias dos grandes capitalistas estrangeiros, explorada pelas mais poderosas agências do turismo internacional. No plano militar Portugal seria condenado a tornar-se uma base da política de guerra do imperialismo norte-americano.

O Relatório da OCDE, com toda a sua filosofia tendenciosa, aconselha para Portugal uma «reestruturação» económica que segue, nas linhas gerais, os «planos» enunciados pelo ministro.

Diz a OCDE que Portugal «carece de impulso na política industrial» e deveria adoptar uma estratégia encaminhada a evitar uma «hiperespecialização de produtos banalizados», (e enumera-os: o têxtil, o vestuário, o calçado, mesmo a indústria automóvel, isto é, ramos de produção que empregam larga percentagem da mão-de-obra portuguesa) e de molde a integrar uma transformação de recursos naturais e «certos saltos tecnológicos» — uma «inovação» que poderia incidir na microelectrónica e nos circuitos integrados e ser alargada às fibras ópticas, à biotecnologia e à cerâmica.

Ernâni Lopes — o novo «Barbosa das faturas» — já havia preconizado na conferência do IDN a industrialização dos produtos florestais, o turismo, a electrónica como base da «reestruturação» da economia.

E a velha «reestruturação» dos tempos do fascismo, adaptada às novas exigências dos monopólios, a restaurar, o que enforma os planos do Governo de Mários Soares e Mota Pinto.

«Industrialização dos produtos florestais» traduz-se: a cortiça em prancha ou em bocados, a pasta celulósica para o fabrico de papel com base na produção intensiva do eucalipto e pouco mais.

A tecnologia da electrónica e a biotecnologia, já a conhecemos nos efeitos práticos: a «General Instruments», de Arruda; a «Siemens», da Portela, a «Kodak», a «Standard Eléctrica», as «Algas» e outras — empregadoras de mão-de-obra numerosa e barata, metendo hoje e despedindo amanhã, fechando segundo as manobras das multinacionais, fabricando peças para aparelhagem que depois importamos a peso de ouro do estrangeiro. Tudo isso já experimentamos nos tempos de Salazar e Caetano.

Naturalmente, visionado todo na perspectiva da «inte-

gração na CEE», verdadeira operação política contra as conquistas de Abril — no barril de crise da CEE, das agudas contradições de interesses dos grandes potentados industriais da Europa capitalista — que significaria, se fosse por diante, a desertificação ainda maior do País, a liquidação de extensas áreas de cultivo e de milhares de explorações agrícolas, o encerramento de novas centenas de unidades da indústria têxtil, a renúncia aos grandes projectos — como o siderúrgico, o da metalurgia do cobre, o Alqueva — e outros — e o desbaratar dos nossos produtos no próprio mercado interno, invadido pela onda da produção estrangeira.

Os nossos minérios de ferro, de cobre, de urânio, de tungsténio, de estanho, de volfrânio alimentariam a indústria transformadora estrangeira e voltariam a entrar no mercado português com os pesados ónus da importação.

É isto que eles — os candidatos a covetores da nossa independência nacional do Governo Soares/Mota Pinto — fariam se não fossem corridos a tempo do poder.

É sentido no terreno fugir-lhes debaixo dos pés que os chefes da coligação governante se lançam cada vez mais abertamente contra os direitos e liberdades dos cidadãos, contra a legalidade democrática — que querem substituir pela «legalidade colete de forças» dos velhos tempos do antigamente —, contra o 25 de Abril e as suas conquistas.

É este processo que as forças democráticas têm hoje condições excepcionais para travar e inverter. A relação de forças políticas e sociais altera-se rapidamente a favor da democracia, a favor das forças que podem opor e viabilizar uma alternativa democrática.

A ofensiva governamental contra os direitos e liberdades — configurada nas propostas de leis fascistas dos serviços de informação e em particular da proposta de lei de segurança interna — foi já parcialmente derrotada e há todas as condições para que sofra uma derrota total.

É uma escandalosa tentativa fascizante que está a indignar a opinião democrática do País e a mobilizar contra o Governo forças suficientemente vastas para imporem uma viragem na política nacional.

A alteração do actual quadro partidário que está abertamente em curso apavora os governantes. O recender da guerrilha institucional contra o Presidente da República — que recentemente anunciou que não renunciará à intervenção política quando terminar o seu mandato — é um facto que pode ser ilustrado com a posição de hostilidade ao PR saída da Comissão Permanente do PS e a incrível entrevista que a direcção do PSD pediu ao general Ramalho Eanes para lhe «exigir explicações» pelas suas declarações políticas!

É natural que num fundo de grandes lutas e dos crescente descontentamento populares, do descrédito político, da crescente exigência de vastas forças sociais e políticas de demissão do Governo PS/PSD e da necessária alteração da política governante, se acentuem as debilidades e conflitos internos na coligação e em cada um dos dois partidos coligados.

As discrepâncias verificadas em torno da discussão e votação da proposta de lei de segurança interna são significativas.

Intensificar a luta e o esclarecimento políticos, desenvolver acções sobre todos os terrenos onde a ofensiva fascizante do actual Governo levanta cabeça, unir e fazer convergir esforços de todas as forças e correntes democráticas para o objectivo central de correr com o Governo Soares/Mota Pinto e viabilizar uma alternativa democrática, são tarefas imediatas que não podem deixar de se impor a todos os democratas e patriotas.

O Governo e a coligação governante estão podres mas não caem por si — é preciso correr com eles, dar-lhes o empurrão institucional que a situação coloca na ordem do dia. E para isso já é tempo!

# Delegação do PCP no Congresso do Partido Congolês do Trabalho

## Declarações de Álvaro Cunhal no regresso da RP do Congo

• «Agradavelmente impressionados com o III Congresso do Partido Congolês do Trabalho»

Vinda de Brazaville, onde participou nos trabalhos do III Congresso Ordinarário do Partido Congolês do Trabalho, regresso ontem de manhã a Lisboa a delegação do Comité Central do Partido Comunista Português, constituída pelos camaradas Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, e Jorge Matos.

No aeroporto da Portela, a delegação que representou o PCP no importante Congresso do PCT era aguardada pelos camaradas do Comité Central, Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado, e Albano Nunes, responsável da Secção Internacional do Partido.

Em declarações prestadas aos órgãos de Comunicação Social, logo após o desembarque, o secretário-geral do PCP fez uma breve apreciação ao significado desta delegação a Brazaville, referindo também as impressões colhidas pela delegação do PCP durante a sua presença no Congo.

«Fomos assistir» — são já palavras do secretário-geral do PCP — «ao III Congresso Ordinarário do Partido Congolês do Trabalho, a convite da sua direcção.

«Ficámos muito agradavelmente impressionados pelos trabalhos do Congresso, pela evidente ligação do Partido com as massas, pelas bases essenciais para o arranque

económico já existentes e por projectos que estão em andamento.

«Por aquilo que vimos e que ouvimos, saímos da República Popular do Congo com a plena confiança em que o povo congolês, sob a direcção do Partido Congolês do Trabalho, do seu Comité Central, e do seu presidente, Sassou-N'Guesso, cumprirá com sucesso as tarefas indicadas pelo III Congresso, vencerá as suas dificuldades e construirá, tal como deseja, uma sociedade socialista.»

Mais adiante, o camarada Álvaro Cunhal salientou na sua curta declaração aos jornais:

## Saudação do PCP

No decorrer dos trabalhos do III Congresso Ordinarário do Partido Congolês do Trabalho, realizado em Brazaville, o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, leu a seguinte saudação dos comunistas portugueses dirigida ao Congresso:

Querido camarada Sassou-N'Guesso Queridos camaradas

Em nome dos comunistas portugueses e certo de interpretar os sentimentos dos trabalhadores de Portugal, o Comité Central do Partido Comunista Português saúda calorosamente o III Congresso Ordinarário do Partido Congolês do Trabalho e por seu intermédio todos os militantes e o povo trabalhador da República Popular do Congo.

Saudamos o Partido Congolês do Trabalho e o povo congolês pela sua luta para liquidar as sequelas do imperialismo, para derrotar planos neocolonialistas, para desenvolver a economia, para assegurar o melhoramento das condições de vida, para avançar no caminho da independência nacional, do progresso social e da paz.

Saudamos o Partido Congolês do Trabalho, os seus diri-

gentes, o seu presidente e o povo congolês pela sua determinação, a sua coragem e heroísmo na luta contra a reacção internacional e contra o imperialismo e prestamos sentida homenagem à memória do camarada Marien N'Gouabi, destacado combatente revolucionário vilmente assassinado.

E para nós motivo de grande alegria, verificar que as relações fraternais existentes de há muito entre o Partido Comunista Português e o Partido Congolês do Trabalho se reforçam cada vez mais.

Ao longo dos anos temos recebido sempre da vossa parte apoio e solidariedade. Tem sido para nós particularmente apreciada a participação das vossas delegações nos Congressos do nosso Partido. Consideramos também de extraordinária utilidade as nossas delegações que têm visitado a República Popular do Congo. Aproveitamos a ocasião para vos expressarmos os senti-

mentos da nossa gratidão e para confirmarmos que o Partido Congolês do Trabalho e o povo congolês podem contar sempre com a amizade fraternal e a solidariedade do Partido Comunista Português.

A amizade e a solidariedade recíprocas entre as forças revolucionárias do mundo contemporâneo — a URSS e demais países socialistas, países progressistas, movimento de libertação nacional, movimento operário dos países capitalistas — são de capital importância para assegurar a continuação do avanço vitorioso da luta dos trabalhadores e dos povos.

Essa amizade e solidariedade recíprocas ganham particular relevo na perigosa situação internacional em que vivemos, resultante da política de ingerência, de domínio económico e financeiro, de corrida aos armamentos, de agressão e de guerra do imperialismo, nomeadamente do imperialismo norte-americano e do governo de Reagan.

Consideramos urgente no momento actual o reforço da

solidariedade para com os povos mais directamente atingidos ou ameaçados. Para com o povo da Nicarágua e outros povos da América Central. Para com os povos palestinos, líbanes e sírio no Médio Oriente. Para com o povo de Timor-Leste, vítima da ocupação indonésia e cujo direito à independência é inalienável. Para com os povos de Angola, de Moçambique, da Namíbia, da África do Sul aos quais nos ligam, desde há muito, relações de fraternal amizade.

Aproveitamos a ocasião para saudar os povos africanos e os partidos revolucionários e progressistas que dirigem os seus destinos — para saudar África, o grande Continente, cuja luta vitoriosa pela libertação de secular exploração colonial, marca a nossa época com um dos marcos mais gloriosos da História da Humanidade.

As relações fraternais do Partido Comunista Português com partidos e forças revolucionárias de outros países fundamentam-se nos princípios do internacionalismo proletário. Mas os princípios internacionalistas do nosso Partido são inseparáveis do nosso patriotismo, de dedicação ao nosso povo e ao nosso país, da luta incansável que actualmente se trava para que Portugal siga o caminho da liberdade, da democracia, do progresso social, da independência e da paz aberto pela Revolução de 25 de Abril de 1974.

Atravessamos em Portugal uma situação económica extremamente difícil, complexa e perigosa. O governo actual dos partidos Socialista e Social-Democrata realiza uma política de destruição das conquistas democráticas do nosso povo com vistas à restauração do poder económico e político dos monopolios (associados ao imperialismo) e dos latifundiários. Desencadeia uma ofensiva global contra o regime democrático. E, no plano externo, prossegue uma política de submissão ao imperialismo norte-americano, que compromete a independência nacional e transforma o território português num trampolim dos Estados Unidos para a agressão a outros povos particularmente em África e no Médio Oriente.

O povo português está em luta por uma mudança da política, por uma alternativa democrática à política actual. Desenvolve-se um poderoso movimento popular de massas. Convergem em acção os mais variados sectores sociais e políticos. O Partido Comunista Português, com mais de 200 000 membros e uma influência crescente na vida nacional, está profundamente empenhado nesta batalha e confia em que a reacção será derrotada e Portugal de Abril vencerá!

Uma vez mais desejamos êxito completo aos trabalhos do vosso Congresso, certos de que as suas decisões serão realizadas com sucesso.

Viva o povo congolês! Viva a revolução congolês! Viva a amizade entre o Partido Comunista Português e o Partido Congolês do Trabalho! Viva a amizade dos povos! Viva o internacionalismo proletário!

## Camarada falecido

António Godinho Custódio

Com 33 anos, faleceu recentemente o nosso camarada António Godinho Custódio, natural de Rio de Moinhos (Aljustrel). O militante comunista foi vítima de acidente de trabalho nas minas de Aljustrel. Era membro da comissão de higiene e segurança na empresa.

À família e amigos do camarada falecido, bem como à célula do PCP na mina e à Comissão Local de Rio de Moinhos, o «Avante!» apresenta sentidas condolências.

**Avante!**  
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

**O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo**

**PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Sobro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX Tel. 766345**

**DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX Tel. 769725 769722**

**DISTRIBUIÇÃO:**  
**CDL Central Distribuidora Livreira. SARL Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 2.º — 1000 Lisboa. Tel. 779828 779825 769751**

**Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 — 1200 Lisboa Tel. 372238**

**Centro Distribuidor de Évora: Alarcova de Baixo, 13 — 7000 Évora Tel. 26361**

**Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 — 8000 Faro Tel. 24417**

**Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 — 4000 Porto Tel. 689308 699615**

**Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 — 3000 Coimbra Tel. 28394**

**ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º — 1000 Lisboa Tel. 766402**

**EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 — Venda Nova 2700 Amadora Tel. 90044**

**Delegação do Norte: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B — 1100 Lisboa Tel. 776936 776750 — Porto — Rua do Almada, 10-2.º Esq.º — 4000 Porto Tel. 381067**

**PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B — 1100 Lisboa Tel. 776936 776750 — Porto — Rua do Almada, 10-2.º Esq.º — 4000 Porto Tel. 381067**

**Composto e impresso na Heska Portuguesa — R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — 2700 Amadora**

Depósito legal n.º 205/84

**Tiragem do mês de Julho: 41 925**

Assembleia da República

# Lei fascista aprovada na generalidade mas a luta não acabou

Na madrugada de sexta-feira, quando quase todo o país dormia já, a maioria submissa do PS e PSD votou — vencida ainda que não convencida — a proposta de lei do Governo sobre Segurança Interna, num desejo evidente de através do voto acabar de vez com o pesadelo de um debate que à míngua de argumentos de defesa se transformava a cada passo no reconhecimento implícito da governamentalização a que se deixava submeter.

Cento e trinta e oito deputados da maioria governamental deram o seu «amen» à proposta fascista. Dessas dezenas fizeram declaração de voto para explicar que o seu acordo devia ser entendido não à luz do diploma votado mas das promessas repetidas de alteração na especialidade. Outros nem isso; limitaram-se a dizer sim, quer por concordarem com o retorno à velha ordem do Estado autoritário, quer por terem ainda bem presentes as palavras ameaçadoras de Soares que esteve no Parlamento a avisar «os seus deputados que a indisciplina de voto não passaria em claro e seria considerada como fazendo parte da «guerra da sucessão». Com os olhos em Belém, Mário Soares esteve em S. Bento lembrando aos deputados socialistas que têm interesses a defender, que os privilégios se pagam.

Nem todos atenderam o recado. Sete (Manuel Alegre, Cardia, Eurico Figueiredo, Margarida Marques, José Leilão, Edmundo Pedro e Rui Pichicho) levaram a indisciplina até ao voto contra, dois outros absteram-se e nove optaram pela ausência, quais Pilatos que por lavarem as mãos crêem sacudir dos ombros a quota-parte da responsabilidade que lhes cabe.

Tito de Moraes, presidente da AR e deputado socialista, invocou o Regimento para não votar.

A fazer fé no bem informado «Expresso», se a aprovação na generalidade da famigerada lei de segurança interna foi o tombar do pano de uma das mais degradantes sessões le-

gislativas do pós-25 de Abril, foi também o levantar do pano para outra degradante cena: diz aquele semanário que a Comissão Permanente do PS vai solicitar à respectiva Comissão de Conflitos procedimento disciplinar contra os deputados que votaram contra a proposta de lei.

Ainda segundo o «Expresso», o processo deverá basear-se num relatório da direcção do grupo parlamentar socialista sobre os vários incidentes registados ao longo do debate e votação. Os principais alvos da eventual retaliação seriam Manuel Alegre, Cardia e Eurico Figueiredo que encontraram sobejas razões para não aceitar a proposta do CDS e da ASDI sobre a mesma matéria (ambos de resto aprovados por maioria).

## Lei escondida com repressão de fora

Segue-se assim que tanto Mário Soares como Mota Pinto parecem dispostos, malgrado todas as promessas, a submeter os deputados dos respectivos partidos à sua férrea disciplina, na linha aliás da política totalitária que enferma a ex-crável lei de segurança interna que fizeram aprovar na Assembleia.

Dois incidentes registados no fim de semana apontam nesse sentido. Em Coimbra, onde se deslocou para inaugurar um agude-ponte que por acaso não está acabado, Mário Soares insurgiu-se contra a PSP que não impediu uma manifestação de protesto de tra-

balhadores da vidreira da Fontela, há dois anos sem salários. Segundo «O Dia», o primeiro-ministro chegou mesmo a interpelar o comandante interno da PSP de Coimbra, a quem perguntou se «não controlava os seus homens»...

E há quem tenha ainda dúvidas quanto aos objectivos da lei de segurança interna...

Em Oliveira de Frades foi a vez de Mota Pinto dar a sua achega para o esclarecimento das intenções governamentais: esta lei — disse — tem como objectivo poder impedir que algumas liberdades sejam exercidas para destruir as liberdades dos outros e para procurar evitar que constantemente seja posta em causa a estabilidade democrática.

Esclarecedor. Tudo o que seja contra o Governo é contra a liberdade e a estabilidade democrática. Logo, o Governo tem de ter liberdade para agir contra as liberdades!

## O debate valeu a pena

O país acordou pois no dia 27 com uma lei de segurança interna fascista, aprovada na generalidade com os votos contra do PCP, MDP/CDE, ASDI, UEDS, CDS e deputado dos «Verdes».

Uma lei que os proponentes e votantes garantem será substancialmente alterada no debate da especialidade, mantendo no entanto os princípios fundamentais, no dizer do vice-primeiro-ministro.

Uma lei, enfim, que vai dar ainda muito que falar quando em meados de Outubro voltar a ser debatida na Assembleia, numa comissão eventual de 17 deputados. E antes disso, pois as manifestações de protesto contra ela não cessaram, estando a chegar à Presidência da República milhares de assinaturas exigindo a sua não promulgação dado que se per-

filia no horizonte que as prometidas alterações não o serão tanto como isso. E durante os debates da aprovação final, que segundo os termos Constitucionais terá de ser por maioria de dois terços dado que contém matéria restritiva dos direitos e liberdades dos militares e forças militarizadas.

Uma lei que os proponentes e votantes garantem será substancialmente alterada no debate da especialidade, mantendo no entanto os princípios fundamentais, no dizer do vice-primeiro-ministro.

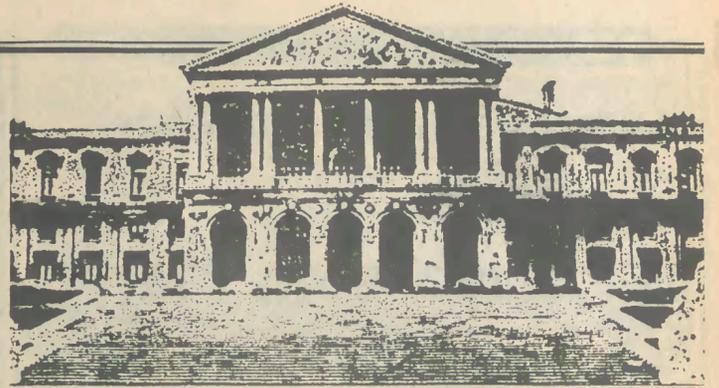
Uma lei, enfim, que vai dar ainda muito que falar quando em meados de Outubro voltar a ser debatida na Assembleia, numa comissão eventual de 17 deputados. E antes disso, pois as manifestações de protesto contra ela não cessaram, estando a chegar à Presidência da República milhares de assinaturas exigindo a sua não promulgação dado que se per-

filia no horizonte que as prometidas alterações não o serão tanto como isso. E durante os debates da aprovação final, que segundo os termos Constitucionais terá de ser por maioria de dois terços dado que contém matéria restritiva dos direitos e liberdades dos militares e forças militarizadas.

Uma lei que os proponentes e votantes garantem será substancialmente alterada no debate da especialidade, mantendo no entanto os princípios fundamentais, no dizer do vice-primeiro-ministro.

Uma lei que os proponentes e votantes garantem será substancialmente alterada no debate da especialidade, mantendo no entanto os princípios fundamentais, no dizer do vice-primeiro-ministro.

Uma lei que os proponentes e votantes garantem será substancialmente alterada no debate da especialidade, mantendo no entanto os princípios fundamentais, no dizer do vice-primeiro-ministro.



# Decisões à margem da segurança interna ou talvez não...

O interesse e a intensidade dos debates em torno da questão da segurança interna levaram a que passassem quase despercebidos outros temas importantes analisados no Parlamento a semana passada. Estão neste caso as decisões tomadas quanto ao resultado do inquérito à detenção do deputado Manuel Lopes (eleito pelo PCP), a aprovação final da lei dos serviços de informações e a autorização ao Governo para comprar aos Estados Unidos material militar no valor de 15 milhões de contos.

Em relação à detenção de Manuel Lopes, ocorrida numa das vezes em que a PSP, a mando de Mário Soares, deteve inúmeros sindicalistas que exigiam ser recebidos pelo Primeiro-Ministro, a comissão de inquérito encarregue de analisar o assunto concluiu não ter havido violação das imunidades parlamentares por considerar que a mesma poderia ter sido evitada se o deputado em causa se tivesse identificado no momento em que lhe foi dada ordem de detenção. A basear a sua conclusão a referida comissão refere o facto do deputado ter sido libertado logo após a sua identificação.

Diferente foi a posição assumida pelos deputados comunistas, para quem não é líquida tal conclusão, uma vez que ela se baseia numa hipótese por demais inconsciente. Quem pode garantir que a detenção não se teria registado, mesmo se feita a identificação?

O debate desta questão, levantou uma outra, abordada de resto aquando da análise do regulamento disciplinar da PSP, e que se reduz à simples constatação de que primeiro a polícia prende e só depois procede à identificação dos detidos!

Mas as intervenções da banda comunista chamaram ainda a atenção para outro aspecto relevante que visivelmente a maioria procurou ignorar: o facto do resultado do inquérito deixar claro que as infamantes acusações feitas na altura pelo Governo ao deputado Manuel Lopes eram falsas. Aquele deputado não tentou impedir a PSP de cumprir o seu dever; não premeditou a sua altitude tendo em vista explorar as consequências da sua detenção.

A maioria não gostou. Como não gostou do pedido para que todas as peças processuais do inquérito realizado fossem tornadas públicas, de modo a que todos pudessem ajuizar do trabalho realizado, dos factos apurados e por apurar, da cor-

recção dos juízos de valor emitidos por cada um dos seus intervenientes.

Como não gostou, a maioria votou contra. No ar ficou a pairar a dúvida: o que haveria de menos claro no trabalho da comissão que pelo sigilo se pretendeu ocultar?

## Mais um empréstimo

Numa sessão onde o Governo falou pouco e disse nada, há que registar a presença do secretário de Estado da Defesa para desempenhar uma missão que se tornou rotineira com o actual Governo. Mais um pedido de empréstimo.

Como explicou o representante governamental, os 15 milhões de contos que se vão pedir emprestados aos EUA destinam-se à transformação de carros de combate, chaimites, fragatas e à compra de mais uma esquadilha de aviões A7. As momentosas razões da necessidade nacional de tal compra não foram dadas, como o não foram o valor das taxas de juro que o País vai pagar por tal montante.

O governamental representante não se mostrou igualmente capaz de explicar porque motivo tal verba não era aplicada noutros domínios da economia nacional bem mais necessitados, não obstante do eputado comunista Carlos Carvalhas ter referido, a título de exemplo, que 15 milhões de contos davam para financiar a 1.ª fase do Alqueva, para a construção do porto de carvão de Sines, para o pagamento dos salários em atraso ou ainda para a compra de 150 bons barcos de pesca.

Obcecado com a defesa, temendo sabe-se lá o quê, o Governo não se impressiona com semelhantes «ninharias». As questões ficaram a pairar, porventura incomodando algumas consciências, mas a maioria encarregue de carimbar as decisões do executivo cumpriu a sua função. Carimbo.

## O Serviço de Informações

Peça importante no todo que o actual Governo pretende impor ao País através da lei fascista de segurança interna, a lei que cria o serviço de informações foi aprovada pelos deputados de serviço da maioria quase no termo da sessão legislativa.

A decisão não constituiu novidade pois as posições estavam definidas desde o início dos debates sobre o assunto. Todos no hemiciclo tinham consciência que o diploma visa a criação de um novo polícia política, cujos serviços não têm limites de actuação e foram pensados para a devassa da vida privada e para a prisão política e sindical.

O grupo parlamentar do PCP recordou-o, ao mesmo tempo que sublinhava que a lei visa criar um centro de dados informatizados que ultrapassa os limites constitucionais e constitui de facto a base da aberrante e antidemocrática ficha do cidadão.

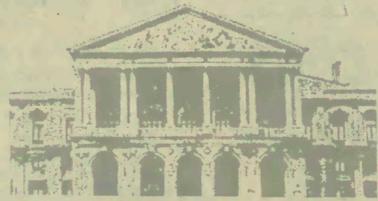
Cabe no entanto sublinhar, pelas semelhanças que o processo de aprovação desta lei tem com o da dita de segurança interna, que as repetidas promessas de profundas modificações no debate na especialidade não se registaram.

O texto final do diploma aprovado confirma a indefinição dos serviços (abrindo a porta para todos os abusos); foi reforçado com o centro de dados, que não constava da proposta de lei; com a centralização do sistema; com o esvaziamento de conteúdo do controlo parlamentar.

Ficaram em contrapartida as restrições, as inconstitucionalidades, os meios que visam o esmagamento dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

Um bom exemplo do que certamente vai suceder com a lei de segurança interna.

O que significa que também esta tenebrosa lei não pode passar. Contra ela se levantam todos os democratas que não querem buscas, devassas da vida privada, nem bufos, nem políticas políticas. Nem um Governo que de forma tão repugnante assim se propõe subverter o Estado democrático.



Mário Soares e Mota Pinto, que não tiveram a coragem de ir ao Parlamento defender a proposta fascista que para lá mandaram, vão deixando cair a máscara nas suas cada vez mais limitadas digressões pelo país. É que tal como a aprovação da lei de segurança interna está longe de ter posto um ponto final no debate a nível nacional e no combate que suscita a defesa das liberdades, também os trabalhadores estão longe de se deixar intimidar com as ministeriais arrogâncias. O que eles não suportam.

A ideia generalizada de que esta monstruosa legislação não passará, pois isso seria um golpe de morte para a democracia, tem muitas e boas razões em que se apoiar. É mesmo legítimo duvidar que este

## PCP

# Decisão da capitania de Faro dá razão ao PCP

A Comissão Concelhia de Faro do PCP, comentando a proibição da apanha de moluscos bivalves numa zona da Ria Formosa, afirma que a decisão da capitania farense vem dar razão ao PCP e às questões que os comunistas têm levantado acerca desta questão.

Sendo uma medida correcta, ela não vai, no entanto, ao fundo do problema: os esgotos domésticos e industriais que desaguam na Ria, a extração de areias, a pesca clandestina, inclusivamente de arrasto, a construção de salinas.

Aquele organismo salienta mais uma vez que os problemas da Ria Formosa «não resolvem só porque se proíbe e interdita, os problemas resolvem-se por quem está interessado em encontrar soluções

que apontem para medidas concretas e adequadas para defender a Ria Formosa e a população, resolvem-se com o apoio e a participação das populações». O PCP realça que «a luta dos moradores e da população de Faro tem de conti-

nuar, mantendo a sua unidade, para exigir do Governo o combate às verdadeiras causas que degradam e destroem a Ria e que, como alertam as autoridades marítimas, põem em perigo a saúde pública, podendo causar sérios prejuízos».

# CT de Messines continua a crescer!

Foi colocada no domingo passado a última placa no Centro de Trabalho do Partido que está a ser construído em S. Bartolomeu de Messines, no Algarve.

Nesta jornada de trabalho voluntário participaram mais de 50 camaradas e amigos do Partido. O entusiasmo que animou a manhã, na obra, deu também vida ao almoço de confraternização que se realizou para comemorar o acontecimento.

Nos próximos fins-de-semana os camaradas de Messines terão a ajuda de brigadas de pedreiros das organizações de Lagos, Pórtimão e Faro. Foi concluída uma etapa dura, mas muito há ainda por fazer até à inauguração do CT, que a Comissão de Freguesia aponta para realizar ainda antes do fim do ano.

# Sábado Convívio na abertura do novo CT no Carregado

É já no próximo sábado, dia 4, que decorrerá a inauguração do novo Centro de Trabalho do PCP no Carregado, freguesia de Cadafais, concelho de Alenquer.

Para assinalar a abertura de mais esta casa do Partido, a Comissão de Freguesia de Cadafais promove um convívio aberto a comunistas e outros democratas da zona, iniciativa em que também participará o camarada Euclides Pereira, da DORL e do CC.

Em contacto com a Redacção do «Avante!», a Comissão de Freguesia do PCP conta assim a «história» deste novo Centro de

Trabalho: «Por motivos urbanísticos foi demolido há cerca de um ano o Centro de Trabalho do Partido no Carregado, freguesia de Cadafais.

«Após a demolição, esperada, a organização local não baixou os braços. Se num ou noutro caso não correspondeu inteiramente às tarefas que a própria situação política nos impunha, outras houve que foram cumpridas e até melhoradas, caso do aumento da venda do «Avante!», e a regularização do pagamento da quotização.

«A par destas tarefas,

impunha-se à organização encontrar local para um novo Centro.

«Nos fins de Abril alugou-se parte de um prédio, que se encontrava em mau estado de conservação, o que levou a gastos de várias dezenas de contos, mas como os comunistas não poupam esforços para concretizar os seus objectivos, ainda de forma provisória, no próximo dia 4, será aberto o novo Centro de Trabalho no Carregado, que irá contribuir para o reforço do nosso Partido e para a defesa das conquistas de Abril e da própria liberdade.»

A causa principal é, segundo a CM do Seixal, a inoperância do Poder Central perante o desajustamento entre o crescimento da população escolar,

## Nacional

# Alunos do Seixal sem escolas por inoperância do Governo

A quase totalidade dos alunos que este ano concluíram o Ciclo Preparatório no concelho do Seixal não terão aqui vagas, nem em qualquer escola secundária dos concelhos limítrofes.

Numa resolução recentemente aprovada, a Câmara Municipal do Seixal responsabiliza o Ministério da Educação por esta grave situação que, como já foi denunciado pelas organizações sindicais dos professores, vai deixar sem escola 13 000 jovens em todo o País.

A CM do Seixal, a inoperância do Poder Central perante o desajustamento entre o crescimento da população escolar,

que passou em cinco anos de 14 704 para 25 395 alunos do ensino preparatório e secundário, e o ritmo de construção de estabelecimentos de ensino. A inércia é tanto mais grave, quanto o Ministério foi alertado para o problema pelos Conselhos Directivos, pelas autarquias, pelos encarregados de educação. Uma delegação de jovens do distrito, que pretendia discutir com o ME este assunto, foi corrida à bastonada pela polícia.

A Câmara sublinha que «qualquer solução encontrada à pressa nestes três meses a que estamos da abertura das aulas, será sempre e necessá-

riamente uma má solução», expressando o seu repúdio pela política de educação do Governo, e «reafirmando o seu total empenhamento na resolução deste gravíssimo problema». A Câmara aponta, a concluir, as medidas por que terá que passar, «inevitavelmente», tal resolução: a construção acelerada da escola secundária do Foguetreiro, a construção urgente das escolas preparatórias do Vale da Romeira e de Corroios e da secundária «A Corroios, e o lançamento a médio prazo de uma escola preparatória e uma secundária, «para as quais já existem terrenos previstos nos Planos elaborados pela Câmara».

## Festa da Unidade em Ermidas Sado

• Comício no domingo, às 19 e 30

É com expectativa e entusiasmo que se aguarda a Festa da Unidade em Ermidas Sado, marcada também para 4 e 5 de Agosto, junto ao parque infantil, numa iniciativa da Comissão de Freguesia do PCP e da organização da JCP. Do programa anunciado salientamos: sábado, dia 4 — abertura com morteiros às 10 horas; seguindo-se várias actividades desportivas (futebol de 5, provas infantis e jogos populares); às 18 horas, actuação de Luísa Basto, João Fernando e Jorge Lomba; à noite (22 h.), baile animado pelo conjunto «Star Band», de Setúbal; domingo, dia 5 — Final do torneio de futebol às 10 horas, actuação do grupo coral etnográfico «Os Ganhões», de Castro Verde, às 16 horas; uma hora depois, actuação da Brigada «Semente à Terra», de Beja; às 19 e 30, comício de encerramento da Festa com a intervenção do camarada Carlos Ramilões, suplente da Comissão Política do CC do PCP; às 21 horas, espectáculo final com a exibição de Samuel.

## Festa Amiga em Pinhal Novo

• Comício no domingo, às 20 horas

Chama-se Festa Amiga. E promete amizade, convívio e alegria. Vai acontecer mais uma edição da Festa. A começar já amanhã, no Pinhal Novo (distrito de Setúbal), prolongando-se até domingo, no campo de futebol da terra.

Olhos de Água, do grupo de música popular «Cantares», de Helena Isabel e Nuno Gomes dos Santos (estes no domingo às 21 e 30), do conjunto «Opel Band» e dos «Pequenos Cantores».

Atenção também ao fado e à dança rítmica.

Para os mais pequenos, lá estarão os Palhaços Renháu

Nháu e outras iniciativas.

O visitante encontrará na Festa Amiga exposições de interesse, artesanato, actividades recreativas e desportivas, doçaria, quermesse, livros, serviço de restaurante e bar.

Ponto alto da festa será, certamente, o comício marcado para as 20 horas de domingo com Dias Lourenço, da Comissão Política do Partido.

## «Segurança interna» Debate hoje em Sacavém

Realiza-se hoje em Sacavém um debate sobre a segurança interna, na cooperativa «A Sacavense», a partir das 21 e 30 horas. Esta iniciativa é aberta ao público e terá a participação do Dr. Cunha Leal, do Dr. Beja Santos, de um representante do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público,

de Severino Falcão, Presidente da CM de Loures e de José Luís Judas, da CGTP-IN. Estão ainda convidados os grupos parlamentares do PS, PCP, MDP, ASDI e UEDS.

A comissão promotora do debate integra as delegações sindicais do concelho de Loures, as comissões de trabalha-

dores da FIMA, da COVINA e da Fábrica da Loíça de Sacavém, o Sport Clube Sacavense, o Atlético Clube de Moscavide, a Sociedade Recreativa 1.º de Agosto, o Clube Recreativo «O Bobadense», a cooperativa «A Sacavense» e a comissão concelhia de Loures do MDM.

PCP

## Começa amanhã em Sines

# 3.ª Festa da Terra e do Mar

Um comício com a participação do camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido Comunista Português, amanhã (sexta-feira), às 21 horas, é ponto destacado da Festa da Terra e do Mar, jornada de convívio e amizade que se prolongará até domingo, na vila piscatória de Sines.

Proporcionando ao visitante bons momentos de espectáculo, com destaque para a música popular portuguesa, além de diversas iniciativas culturais, desportivas e recreativas, apresentação de artesanato e outras exposições, a 3.ª Festa da Terra e do Mar inclui na sua vasta programação, entre outros, os seguintes atractivos e pontos de interesse para os numerosos visitantes, que acorrerão de novo à zona do Castelo, um dos mais belos locais da típica vila:

pação do Teatro Amador de Sines; 23 h — baile animado pelo conjunto «Anglia», de Sacavém.

### Sábado

13 h — Almoço-convívio (caldeirada à moda de Sines, um prato verdadeiramente tentador...); 18 h — colóquio sobre «A Saúde que temos», com a participa-

ção do médico Fernando Vasco; 20 h — momento alentejano: actuação dos grupos corais «Os Amigos», do Barreiro, e «Amigos da Boa Vontade», de Sines; 21 h — concerto pela banda e coro de Grândola; 22 h — exibição do grupo de música popular «Cantares»; 23 h — Fado de Abril.

### Domingo

12 h — entrega das taças do torneio infantil

«rock»: actuação da banda «UHF».

A entrada permanente para a Festa da Terra e do Mar custa 200 «castelos» e dá acesso a tudo o que se irá passar no belo convívio promovido pelos militantes comunistas de Sines. Aguarda-se um serviço à altura da Festa quanto a restaurante, bar e... animação.

### • Às 21 horas: comício com Álvaro Cunhal

resser para os numerosos visitantes, que acorrerão de novo à zona do Castelo, um dos mais belos locais da típica vila:

### Amanhã (sexta-feira)

20.30 — abertura da festa, com a presença do camarada Américo Leal, do Comité Central do Partido; 21 h — comício com intervenção do camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP; 22 h — partici-



Sines, conhecida vila piscatória do distrito de Setúbal, a poucas horas do início de mais uma Festa da Terra e do Mar

## «Pequena no espaço, enorme na alegria»

# Festa da Unidade na Trafaria

### • Comício no domingo às 19 horas

«A Festa vai ser pequena no espaço, mas grande, enorme, na alegria, no convívio, na camaradagem. Tu és o camarada, o amigo, que ansiosamente esperamos. Vem à nossa festa!».

A apresentação e o convite são da autoria da Comissão de Freguesia da Trafaria (concelho de Almada) do PCP, que a partir de amanhã promove a Festa da Unidade. «Ali, junto aos Correios, à mão de todos e para todos».

Do programa salientamos, para amanhã (sexta-feira), um colóquio sobre a situação internacional, com o jornalista Vila-

verde Cabral (20 e 30 horas) e à noite baile animado pelo conjunto «Tatoo».

Para sábado, destacamos a simultânea de xadrez com Armando Romão logo pelas 10 horas da manhã; depois, às 17 horas, actuação dos grupos corais alentejanos «Ecos» de Corroios e o agrupamento das Paivas; à noite, com início às 20 e 30, colóquio sobre Poder Local democrático; às 22 horas, noite de fado com a presença de Fernando Farinha.

No terceiro e último dia da festa (domingo), teremos uma simultânea de damas com Mário Diniz Vaz e Medalha da Silva, às 10 horas; actuação do grupo de teatro da Comissão de Moradores do Feijó às 17 horas; comício às 19 horas; e finalmente espectáculo com Carlos Paulo e o Fado da Amadora, a encerrar.

Atenção ao «saí sempre» da quermesse e aos petiscos (caracóis, amêijoas, sardinha assada, etc).



## Damaia de Cima

# Festa-comício da Unidade

Está marcada para as 10 horas da manhã — dando logo espaço de animação para a petizada — a Festa-Comício da Unidade, a realizar no próximo sábado, dia 4, no ringue da Damaia de Cima, iniciativa da organização do Partido.

Depois, durante a tarde, com início às 15 horas, é o espectáculo e a música. Ao palco subirão Nuno Gomes dos Santos, Helena Isabel, Tonizete (fado d'Abril), Banda Alvorada, Maria Dulce,

Paulo Valentim e Teresa Paula Brito, entre outros artistas.

Por volta das 18 e 15 começará o comício com a participação do camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP.

Após a realização do comício, a Festa da Unidade continua, com o espectáculo musical.

A entrada é livre. E atenção ao serviço de «comes-e-bebes».

## Festa Popular 84 em Melides

### • Comício no domingo às 20 horas

Melides, «ali» a dois passos de Grândola, local concorrido neste período de férias de Verão, viverá no próximo fim-de-semana mais uma Festa Popular, iniciativa da Comissão Local do PCP.

Além da presença do livro e do artesanato, das exposições e dum serviço de restaurante, a Festa Popular apresenta um programa de animação para sábado e domingo, podendo desde já destacar-se — quanto ao primeiro dia — as actuações do grupo musical «Água Dura» (18 horas) e do conjunto típico «Pizzacorda» (19 horas). Um jantar convívio e baile

animado pelo conjunto «Projecto 6» à noite, preenchem a programação para sábado.

No dia seguinte, o nosso destaque vai para cinco momentos da Festa: actuação do grupo coral «Os Diversos do Alentejo», às 18 horas; do Rancho Folclórico «Andorinhas do Pinhal» (Seixal) às 19 e 30; comício com intervenção política do

Contra tal situação, têm lutado os trabalhadores, os agricultores e as várias camadas da população do concelho. Continuar e desenvolver esta luta, aumentando, desenvolvendo e reforçando as estruturas e organizações de classe (sindicais, juvenis, agrícolas, reformados, mulheres) é o caminho apontado pelos comunistas.

No plano do Poder Local a APU tem apresentado listas em todas as freguesias e a sua actuação tem-se caracterizado pela defesa consequente dos interesses das populações e pelo trabalho para a resolução dos problemas do concelho.

O reforço da organização do Partido foi, naturalmente, alvo de definição de direcções do trabalho. Assim, os comunistas de Felgueiras decidiram consti-

camarada José Pedro Soares, membro do Comité Central do Partido, às 20 horas; espectáculo com Carlos Alberto Moniz e Pedro Osório, às 21 horas; e finalmente baile com a acordeonista Maria Fernanda, com início às 22 horas.

A «entrada popular», que dá acesso livre à Festa nos seus dois dias, custa apenas «200 cravos».



### Distrito do Porto

# Assembleias das Organizações Concelhias de Santo Tirso e Felgueiras

Em Santo Tirso e Felgueiras, dois concelhos do distrito do Porto, realizaram-se no último fim-de-semana Assembleias das Organizações do Partido. Do que lá se passou damos em seguida uma rápida ideia.

Teve lugar no passado fim-de-semana, a II Assembleia Concelhia de Felgueiras do PCP.

Sendo um concelho onde a classe operária tem peso determinante (62,2% da população), os agricultores e trabalhadores agrícolas influenciam ainda características importantes do concelho (18,8%). O calçado, a têxtil, o vestuário, a metalurgia e construção civil, são as principais indústrias.

Os comunistas de Felgueiras debruçaram-se sobre as consequências da acção reaccionária dos últimos e do actual Governo na vida do povo e no concelho de Felgueiras, nomeadamente sobre a situação

afectiva dos trabalhadores das empresas com salários em atraso, dos desempregados e contratados a prazo. Os comunistas de Felgueiras denunciaram a exploração da mão-de-obra infantil, a generalização dos contratos a prazo — registou-se que 45% da população do concelho tem menos de 19 anos — e a falência de várias empresas que têm deixado no desemprego e na miséria muitas famílias.

A instabilidade e insegurança dos rendeiros, o aumento brutal dos factores de produção e o consequente abandono ou subaproveitamento das explorações agrícolas e a ruína dos agricultores são outros aspectos consequentes da política do Governo, sobre a qual se debruçaram os comunistas de Felgueiras.

Contra tal situação, têm lutado os trabalhadores, os agricultores e as várias camadas da população do concelho. Continuar e desenvolver esta luta, aumentando, desenvolvendo e reforçando as estruturas e organizações de classe (sindicais, juvenis, agrícolas, reformados, mulheres) é o caminho apontado pelos comunistas.

No plano do Poder Local a APU tem apresentado listas em todas as freguesias e a sua actuação tem-se caracterizado pela defesa consequente dos interesses das populações e pelo trabalho para a resolução dos problemas do concelho.

O reforço da organização do Partido foi, naturalmente, alvo de definição de direcções do trabalho. Assim, os comunistas de Santo Tirso previram, até ao fim do ano, a cria-

ção de 11 novas células, o recrutamento de mais 115 novos militantes em 30 empresas, o alargamento da difusão do «Avante!» e de «O Militante» a realização de 5 Assembleias de Células e a publicação de um boletim de células do Sector Têxtil.

Também no plano dos órgãos de Poder Local, os comunistas têm a sua palavra a dizer. A Câmara, de maioria absoluta PS, foi acusada de incompetência, de caciquismo, de compadrio e corrupção, de fazer gastos abusivos e ilegais, admitindo pessoal sem critérios claros, gastando dinheiro em jantares, errando o orçamento em mais de 30%, não apresentando contas e relatórios nos prazos legais.

Também os grandes problemas do concelho — planeamento urbanístico, saneamento básico, habitação, defesa do meio ambiente — foram discutidos.

O funcionamento da organização, os fundos, a política de quadros, como é natural, foram igualmente alvo da atenção dos camaradas deste concelho.

Para a Comissão Concelhia foram eleitos 37 camaradas, sendo 12 membros de C. de Freguesia, 8 eleitos autárquicos, 9 dirigentes sindicais, 5 destacados activistas do movimento associativo e popular e 10 de células de empresa. A Comissão Concelhia eleita tem 5 mulheres, sendo a idade média das camaradas de 35 anos. 21 são operários, 8 empregados, 3 intelectuais, 2 camponeses e 3 «vários».

A Assembleia aprovou ainda duas moções: reclamando o fim da política antinacional e antipopular do Governo, manifestando solidariedade aos trabalhadores atingidos pela situação de salários em atraso — especialmente aos trabalhadores do concelho nas empresas «Carpélio», «Veludos Águas Longas», «Manuel Monteiro e Costa», «Malhas Tirsense» e «Pinheiro e Sampaio» (o total de salários em atraso no concelho atinge os 40 mil contos).

Uma outra moção reclamava a não promulgação e a rejeição final da lei de segurança interna.

Assistiu ao decorrer dos trabalhos e fez uma intervenção sobre a actual situação política e as tarefas daí decorrentes para os comunistas, o camarada Ângelo Veloso, da Comissão Política do Partido.

tuir 4 células de empresa, revitalizar e reforçar 5 outras células de empresa e constituir um organismo interempresas do calçado. Mobilizar a participação de um maior número de militantes na vida do Partido, alargar o número de membros nos organismos, reforçar o funcionamento das frentes de trabalho, são outras decisões tomadas.

A eleição da Comissão Concelhia, com 29 membros, foi também ponto da ordem de trabalhos. O novo organismo de direcção do Partido neste concelho, bem como os documentos postos à votação, foram aprovados por unanimidade.

Aos trabalhos da II Assembleia Concelhia de Felgueiras assistiu e participou o camarada Emídio Ribeiro, do CC e da DORP.

Decorreu no passado domingo a II Assembleia Concelhia de Santo Tirso que, entre outros aspectos, aprovou uma resolução política e elegeu a Comissão Concelhia.

A resolução política, aprovada por unanimidade, resultou de uma ampla e animada discussão do anteprojecto.

Santo Tirso, sendo dos mais importantes concelhos agrícolas do distrito do Porto, conta com uma grande massa operária em expansão, sendo as indústrias mais importantes a têxtil, de confecções, metalúrgica e metalomecânica. Naturalmente estas características foram tidas em conta no plano de trabalho e nas tarefas que os comunistas de Santo Tirso definiram, nomeadamente no plano da organização e do reforço do Partido.

Os problemas e as lutas dos trabalhadores — em Santo Tirso empregam-se cerca de 30 mil operários, sendo a grande maioria têxteis e do vestuário — foi outra preocupação dominante da Assembleia: a repressão, os salários em atraso, os despedimentos, os contratos a prazo.

Assim, e no quadro da campanha nacional para o reforço das células de empresa, os comunistas de Santo Tirso previram, até ao fim do ano, a cria-

ção de 11 novas células, o recrutamento de mais 115 novos militantes em 30 empresas, o alargamento da difusão do «Avante!» e de «O Militante» a realização de 5 Assembleias de Células e a publicação de um boletim de células do Sector Têxtil.

Também no plano dos órgãos de Poder Local, os comunistas têm a sua palavra a dizer. A Câmara, de maioria absoluta PS, foi acusada de incompetência, de caciquismo, de compadrio e corrupção, de fazer gastos abusivos e ilegais, admitindo pessoal sem critérios claros, gastando dinheiro em jantares, errando o orçamento em mais de 30%, não apresentando contas e relatórios nos prazos legais.

Também os grandes problemas do concelho — planeamento urbanístico, saneamento básico, habitação, defesa do meio ambiente — foram discutidos.

O funcionamento da organização, os fundos, a política de quadros, como é natural, foram igualmente alvo da atenção dos camaradas deste concelho.

Para a Comissão Concelhia foram eleitos 37 camaradas, sendo 12 membros de C. de Freguesia, 8 eleitos autárquicos, 9 dirigentes sindicais, 5 destacados activistas do movimento associativo e popular e 10 de células de empresa. A Comissão Concelhia eleita tem 5 mulheres, sendo a idade média das camaradas de 35 anos. 21 são operários, 8 empregados, 3 intelectuais, 2 camponeses e 3 «vários».

A Assembleia aprovou ainda duas moções: reclamando o fim da política antinacional e antipopular do Governo, manifestando solidariedade aos trabalhadores atingidos pela situação de salários em atraso — especialmente aos trabalhadores do concelho nas empresas «Carpélio», «Veludos Águas Longas», «Manuel Monteiro e Costa», «Malhas Tirsense» e «Pinheiro e Sampaio» (o total de salários em atraso no concelho atinge os 40 mil contos).

Uma outra moção reclamava a não promulgação e a rejeição final da lei de segurança interna.

Assistiu ao decorrer dos trabalhos e fez uma intervenção sobre a actual situação política e as tarefas daí decorrentes para os comunistas, o camarada Ângelo Veloso, da Comissão Política do Partido.

## Convívio democrático em Ofir no dia 12

A Direcção Regional do Minho do PCP (DORM) promove no dia 12 deste mês de Agosto (um domingo) um convívio democrático no pinhal junto à praia de Ofir, em Fão, concelho de Esposende.

«Trata-se de uma jornada de convívio e diálogo adequada à época de férias e aberta a todos quantos defendem o Portugal de Abril» — sublinha a DORM do PCP.

Haverá sardinha assada, caldo verde, música popular, jogos, ar puro e... muito mar.

«Convidam-se os comunistas e todos os outros democratas interessados para este encontro-convívio, levando o seu farnel, a família e os amigos» — o convite da Direcção Regional do Minho aqui fica.

O convívio é para todo o dia!



## S. Pedro da Cova

### • Festa da Unidade sábado e domingo

Por iniciativa da Comissão de Freguesia de S. Pedro da Cova, realiza-se nos próximos dias 4 e 5 (sábado e domingo), no lugar da Insula, a Festa da Unidade.

Música popular e de baile, jogos populares, filmes, «comes-e-bebes», fazem, para além das surpresas, parte do programa.

No domingo, o camarada Edgar Correia, membro suplente da Comissão Política, discursará no comício da Festa.

## Festa do Mar: expectativa em Matosinhos

Por iniciativa da Comissão Concelhia de Matosinhos, realiza-se este ano, mais uma vez, a Festa do Mar.

Desta vez a Festa tem lugar na Quinta de Santiago, nos dias 11 e 12 de Agosto.

«Comes-e-bebes», música popular, noite de fado e uma intervenção sobre a situação política, estão previstos no programa, de que daremos mais pormenores no próximo número do «Avante!».

## Sesimbra: uma iniciativa «especial»...

Uma monumental sardinhada, num convívio que se aguarda com expectativa. Data: 12 de Agosto (um domingo). Destino: praia Ribeiro de Cavallo. Ponto de partida: porto de abrigo de Sesimbra. Hora: 8 e 30 da manhã.

E atenção ao prazo das inscrições, que funcionam no Centro de Trabalho do PCP na vila de Sesimbra: só até dia 8 (quarta-feira).

Um belo passeio em perspectiva. E para quem está a passar férias em Sesimbra, vem mesmo a calhar...

Trabalhadores

Salários em dívida

# Uma Secretária zelosa 'reduz' para um terço o escândalo dos atrasados

Várias tomadas de posição vindas a público esta semana e na anterior revelam que a Secretária de Estado do Trabalho falseia deliberadamente o volume dos salários atrasados com o objectivo de esconder «um dos maiores escândalos da política deste Governo». Só os trabalhadores sem salários nos distritos de Lisboa e Setúbal, assinala a CGTP-IN, «ultrapassam o número divulgado pela SET como global». Os 45 mil nessa situação, total admitido por aquele departamento governamental para todo o País, já seriam só por si um escândalo. Mas esse total corresponde praticamente «aos que estão hoje em tal situação só nas indústrias metalúrgicas».

Segundo a Comissão Executiva do Conselho Nacional da Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal (FSMMMP), «aquela Secretária de Estado afirma que em Maio último o número de trabalhadores com salários em atraso em todo o País era de 45 067. Ora só no sector da metalurgia, metalomecânica e minas, num levantamento efectuado em 75 empresas naquele mês, o número de trabalhadores com salários em atraso era de 33 839».

Na quinta-feira passada, a FSMMMP adiantava ainda que, no final de Junho último, o total dos trabalhadores com salários em dívida «sofreu um acréscimo de 7759», atingindo os «41 598 distribuídos por 96 empresas, o que contradiz flagrantemente as afirmações da Secretária de Estado do Trabalho sobre uma pretensa «diminuição de trabalhadores afectados».

Os números fornecidos pelo movimento sindical foram objecto de análise, designadamente em reunião nacional de dirigentes sindicais metalúrgi-

cos e mineiros, em 23 de Julho findo, e como sucedera anteriormente, o apuramento foi fornecido à Secretária de Estado do Trabalho, prevendo ainda nos próximos meses uma situação pior.

A Inter afirma, por seu turno, que, «segundo o último levantamento público da Central Sindical (Dezembro de 1983), havia salários em atraso em 25 sectores de actividade, e essa situação não se alterou significativamente — tanto mais que se registam novos factores de agravamento da situação, designadamente a acumulação de dívidas relativas a subsídios de férias».

**2,6 milhões de contos só em Lisboa, em Julho**

A CGTP, que anunciou que tem em preparação um novo levantamento global das remunerações em dívida, recorda que, só no distrito de Lisboa, números relativos a Maio findo, divulgadas em 12 de Junho davam conta da «existência de

27 303 trabalhadores com salários em atraso a quem eram devidos mais de 2,6 milhões de contos, ou seja pouco menos do que o valor apontado oficialmente como montante global e nacional das dívidas: 3 milhões de contos».

Acrescenta a Inter: «Não se entra sequer em linha de conta com a gravíssima situação do distrito de Setúbal, onde se mantém o número de 20 mil trabalhadores sem os salários em dia, no valor de cerca de dois milhões de contos».

**FSMMMP na Presidência da República**

A Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal anunciava entretanto que «três membros da Comissão Executiva do seu Conselho Nacional» foram recebidos em delegação, em 24 de Julho, «pela Presidência da República». A FSMMMP, recebida também no Ministério do Trabalho, «na sequência de sucessivos pedidos de audiên-

cia», apresentou «aquele órgão de soberania os mais prementes problemas do sector». Ao MT a delegação da FSMMMP deslocou-se «para análise e procura de soluções para dramáticas situações sociais, como os cerca de 40 mil trabalhadores do sector com salários em atraso, proliferação de contratos a prazo, ameaças de despedimentos, e pelo desbloqueamento da contratação colectiva, designadamente o AE (acordo de empresa) da Siderurgia Nacional».



## Forte empenho na defesa das nacionalizações

A fim de repor factos verdadeiros e desmentir falsas e repetidas afirmações sobre o «dogma» governamental dos prejuízos monumentais em que o sector empresarial do Estado aludaria o País, terminou na sexta-feira uma semana de esclarecimento e mobilização em defesa das nacionalizações. A CGTP-IN afirma que a participação foi de 150 mil trabalhadores e que se efectuaram cerca de 300 plenários em empresas e sectores de actividade. Segundo a Inter, que apoiou a semana de luta, decidida em Plenário Nacional das ORTs do SEE em 12 de Julho, os distritos onde mais incidiu a acção foram os de Lisboa, Setúbal, Porto e Leiria, abrangendo as 70 maiores empresas do sector empresarial do Estado incluído, como se sabe, a indústria naval, que juntamente com outros sectores a ela ligados directa ou indirectamente, promoveu e entregou na AR uma petição subscrita por 5071 trabalhadores. (Foto de arquivo: na Lisnave)

## A ser aplicado o PRFE Desemprego aumentará 50% em 1987

Uma análise da CGTP-IN ao «programa de recuperação económica e financeira» (PRFE), aproveitando as estatísticas oficiais disponíveis, «embora insuficientes», divulgadas pelo INE e pelo Ministério do Trabalho, e com base num crescimento de 3 por cento da produtividade, prevê, a ser aplicado aquele «programa», um aumento de pelo menos 240 mil desempregados dentro de três anos.

O estudo da Inter, que chega àquele índice de aumento da produtividade (3 por cento ao ano) por semelhança com o crescimento médio de 1977/1982, prevê que o desemprego crescerá cerca de 50 por cento em 1987: um total de 708 800 pessoas desempregadas em vez das 470 mil de 1983, segundo os dados oficiais.

A taxa de desemprego em Portugal subiria assim para

14,8 por cento nos próximos três anos, contra os 10,7 por cento previstos para a CEE», refere a Inter que divulga o quadro seguinte, na base dos previstos 3 por cento para a produtividade:

Baseada nos dados em presença conclui a CGTP-IN que os mesmos «demonstram com

segurança que o Governo faz demagogia quando diz pretender reduzir o desemprego. Na verdade, e a concretizar-se o quadro macro-económico do PRFE, o desemprego aumentará fortemente não só entre 1983 e 1987, mas também no próprio período de vigência do PRFE».

	1983	1984	1987	Val. Total	Val. Anual
População	9469,8	9545,6	9776,5	306,7	76,7
Pop. activa	4574,8	4624,5	4781,9	207,1	51,8
Emp. total	4105,4	4002,8	4073,6	-31,8	-8,0
Desemprego total	469,4	621,7	708,8	+238,9	+59,7
Taxa de actividade	48,3	48,5	48,9	—	—
Taxa de desemprego	10,3	13,4	14,8	—	—

## A Mútua é dos pescadores

Os representantes da lista A concorrente às eleições na Mútua dos Pescadores anunciaram na segunda-feira «uma expressiva vitória» da sua candi-

datura. «Apesar de todas as tentativas para transformar as eleições da Mútua numa farsa», naquela altura em que apenas faltavam os resultados

de Tavira, «os votos directos na Lista A somavam 951 e os votos directos na lista B 493». Realizadas no domingo, as eleições na Mútua têm uma história recente cheia de peripécias e atitudes repressivas da parte do Governo que fazem lembrar inequivocamente o passado tenreirista. Os representantes da lista A propõem-se «devolver a Mútua aos pescadores, empenhando-nos no trabalho que, como já provámos no passado, somos capazes de realizar», sublinham os candidatos vencedores, embora «quem projectou e efectuou o assalto à Mútua» provavelmente não venha a dar «o seu trabalho por encerrado», prevêm contudo os representantes da lista A proposta pela direcção anterior.



Terra



Apesar de oito anos de política de direita com o seu cortejo de roubos e ilegalidades, a luta firme e determinada do proletariado rural do Sul foi capaz de gorar os intentos de quantos pretendiam liquidar a Reforma Agrária; não será agora o Governo PS/PSD a gabar-se de o conseguir: a lei do latifúndio não passará!

# Lei do latifúndio está condenada ao fracasso

O projecto de lei sobre política agrícola que o Governo PS/PSD tem (segundo se diz) praticamente pronto e que foi mandado elaborar por Mário Soares no início deste ano na sequência de uma reunião com a CAP, acaba de ser desmontado pelo Secretariado Distrital de Évora das UCP's/Cooperativas Agrícolas que classifica tal proposta de «terrorista» e de pretender exclusivamente a «reconstituição total do latifúndio».

O referido projecto de lei destinado a substituir a lei Barreto teve como autores uma equipa chefiada pelo ministro Soares da Costa em que predominaram elementos da CAP e seus homens de mão no Ministério da Agricultura.

No entender dos trabalhadores agrícolas as medidas já conhecidas que se incluem nesse projecto de destruição da Reforma Agrária permitem desde já concluir que se trata de um diploma que coloca os seus mentores «absolutamente fora do regime democrático-constitucional».

Com efeito o referido projecto em vez de dar cumprimento aos imperativos constitucionais que atribuem à Reforma Agrária um papel fundamental na política agrícola e na eliminação do latifúndio (Art.º 96.º e 97.º da CRP), de dar cumprimento aos 256 Acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo (STA) favoráveis às UCP's/Cooperativas já transcritos em julgado, de pôr cobro aos processos de reservas ilegais, ao contrário, prepara-se não apenas para dar forma de lei a todas as ilegalidades até agora cometidas como também para entregar aos agrários todas as

terras ainda na posse das UCP's/Cooperativas.

**Tudo como dantes**

Segundo o Secretariado das UCP's/Cooperativas de Évora o projecto de lei arquitectado nos gabinetes do Ministério da Agricultura prevê, entre outras medidas, a eliminação dos limites de pontuação à área de reserva; a reversão imediata das expropriações de prédios ainda na posse dos agrários, isto é, a anulação de todas as expropriações de herdades que por exclusiva responsabilidade dos sucessivos governos nunca saíram das mãos dos agrários (só no Ribatejo cerca de 10 mil hectares de regadio passam a estar «legalmente» na posse dos grandes proprietários); a entrega gratuita aos agrários por 25 anos das áreas excedentes às reservas a título de indemnização; mais reservas sem limite, novas majorações e reservas superlativas; a eliminação das sanções relativas ao absentismo.

A propósito destas medidas contempladas na proposta governamental refira-se ainda a opinião de alguns técnicos recentemente divulgada por um semanário e que, segundo eles, significa nada mais nada menos do que: «o que foi expropriado pode ser devolvido, o que devia ainda ser expropriado nunca mais o será»; «com a aplicação da nova lei as terras ocupadas onde se constituíram UCP's/Cooperativas seriam devolvidas»; «deixaria de haver limites para a área das propriedades privadas»; e «muitos ex-proprietários poderão solicitar a revisão dos processos de expropriação».

Depois de considerar que este projecto do executivo liderado por Mário Soares está «condenado ao fracasso» já que a sua aplicação só seria possível «pela repressão generalizada» e porque tal significaria a miséria para os vinte mil trabalhadores actualmente existentes nas unidades de produção, o Secretariado de Évora exorta os homens e mulheres da Reforma Agrária e quantos estão solidários com esta conquista do 25 de Abril a manterem-se firmes e determinados na sua defesa e a proseguírem a batalha para a demissão urgente do Governo PS/PSD, meio mais eficaz de impedir este projecto anticonstitucional de ir para a frente.

## Agricultores de Mirandela exigem indemnizações

As trovoadas ocorridas no mês de Junho no concelho de Mirandela — responsáveis por grandes destruições nas culturas, terrenos e máquinas de muitas explorações agrícolas — vieram dar um «rude golpe» na agricultura da região e agravar os numerosos problemas com que se debatem os homens do campo da região.

Quem o afirma é a Liga dos Agricultores do concelho de Mirandela para quem

o mês de Junho, quando tudo parecia fazer crer que «íamos ter um ano farto» veio aumentar as dificuldades e fazer perder tudo o que se gastara em sementes, adubos e tempo, em aldeias como Valbom dos Figos, Vilar de Ledra, Carvalhais, Contins, Vila Nova das Patas, Mascarenhas, Paradelas, Vale Pereira, Vale de Lobo, Cabanelas, Avantos, Frazdeira, Ferradosa e mesmo Mirandela.

Em face da situação presente os agricultores exi-

gem do Governo o pagamento de subsídios que permitam repor as culturas, reparar as terras, consertar muros e consertar ou comprar novos motores.

Também os órgãos autárquicos, designadamente a Câmara e a Assembleia Municipal devem, no entender da Liga, preocupar-se com os problemas dos agricultores e exigir do Executivo a resolução dos problemas que afectam a lavoura da região.

# Vidreiros da Fontela em luta pelo trabalho

A indiferença do Governo pela dramática situação em que se encontram os 600 trabalhadores da Vidreira da Fontela e suas famílias, em luta há cerca de dois anos contra o encerramento da empresa, pela sua viabilização e pelo pagamento dos salários em atraso, levou a que um numeroso grupo de trabalhadores aproveitasse a presença em Coimbra no último fim-de-semana do Primeiro-Ministro e sua comitiva para uma vez mais chamar a atenção para a gravidade do seu caso.

Na ocasião — empunhando bandeiras negras e cartazes onde davam conta das razões do seu protesto e onde se podiam ler frases como «Não a

fome», «Queremos emprego» — os trabalhadores viram-se confrontados com a exaltação do senhor Mário Soares que manifestamente irritado e descontrolado exigia (numa excelente prova de diálogo) a um graduado da PSP que mandasse parar «aquela gente», tarefa para a qual, em caso de necessidade, deveria pedir «reforços».

Recorde-se entretanto que os trabalhadores da Fontela decidiram recentemente reiniciar a luta e não a cessar até à satisfação das suas principais reivindicações, endossando ao Governo e respectivos organismos todas as responsabilidades pelo impasse presente.

Aprovada num plenário realizado no passado dia 19 no decorrer do qual foi analisada a situação, esta decisão surge como resultado da incapacidade de política manifestada pelas entidades responsáveis em resolver os problemas.

Na sequência desta reunião cerca de 200 trabalhadores vidreiros dirigiram-se para a Figueira da Foz onde se avistaram com o presidente da Câmara que em nada se comprometeu e seguidamente ocuparam a delegação da Secretária de Estado da População e Emprego naquela cidade ao mesmo tempo que eram distribuídos milhares de comunicados à população.

## Internacional

# O «direito» da força como política oficial

A União Soviética propôs recentemente a realização de uma conferência internacional, sob a égide das Nações Unidas, sobre o problema do Médio Oriente. Na conferência deveriam estar representadas todas as partes interessadas, incluindo os países árabes com fronteira com Israel — Síria, Jordânia, Egípto e Líbano —, o Estado de Israel, a Organização de Libertação da Palestina (OLP), a União Soviética, os Estados Unidos, como «países que desempenham um papel de peso nos acontecimentos do Médio Oriente» e, eventualmente, outros países da região ou zonas adjacentes.

O objectivo da Conferência seria naturalmente dar uma resposta aos graves problemas que se vivem no Médio Oriente, e assim ajudar a extinguir um dos mais perigosos focos de tensão no mundo. Nesse sentido, a proposta soviética aponta para a possível assina-

Para os Estados Unidos, o projecto soviético também não tem cabimento. Porque? Pois a URSS estaria a mais na conferência que propõe! Sendo que, pelos vistos, os Estados Unidos (pelo apoio sistemático a Israel?) pela decisiva contribuição a acordos lesivos dos inte-

co pretexto foi utilizado para boicotar conversações com a SWAPO, pelo que, como se afirma em comunicado do movimento de libertação do povo da Namíbia, não resta «outra alternativa senão continuar a intensificar a luta armada».

● O jornal norte-americano «Boston Globe» revelou recentemente nas suas páginas que o Conselho de Segurança Nacional dos EUA encarregou o Pentágono, o Departamento de Estado e a CIA de elaborar um plano de bombardeamento das zonas controladas pelos guerrilheiros salvadoreños, no caso de o governo fantoche de El Salvador não conseguir dominar o irresistível movimento popular contra a ditadura.



A força das armas e a repressão são os fundamentos da política externa norte-americana

tura de um ou vários tratados, tendo como pontos centrais: «não admissão da conquista de territórios por outrem» e retirada de Israel dos territórios ocupados em 1967; respeito pelo direito do povo palestino à autodeterminação e constituição do seu próprio Estado independente na Cisjordânia e na faixa de Gaza; integração de Jerusalém-Leste no futuro Estado Palestino; direito de todos os países da região à existência e ao desenvolvimento em condições de segurança e independência; fim do estado de guerra entre Israel e os países árabes; formulação de «garantias internacionais de regularização», cujo cumprimento deverá caber aos «membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU ou ao Conselho de Segurança na sua totalidade».

Esta proposta soviética que, no fundamental, desenvolve um plano já apresentado pela URSS em 1982. Difícil seria negar-lhe a amplitude, a seriedade da abordagem nas várias componentes de uma difícil e perigosa situação que se arrasta praticamente desde o fim da segunda grande guerra, como foco permanente de tensão internacional e de por vezes dramática perturbação da vida dos povos da zona.

Mas o aspecto que queremos salientar aqui, nem é a proposta em si — exemplo natural de uma consequente política de paz — são as respostas dos Estados Unidos e de Israel (nada originais, verdade seja dita).

Para Israel há que regeitar totalmente este projecto, contrapondo-lhe negociações directas com os países árabes (sem dúvida com o patrocínio de Washington), passando por cima da OLP, ou mais concretamente, ignorando a própria realidade do povo palestino (que Telavive bem se tem esforçado por varrer da face da terra).

resses dos povos árabes? pela participação directa nos massacres de populações libanesas e palestinas?) teriam o seu lugar garantido à mesa de conversações.

## Muitos exemplos

A resposta de Washington e Telavive à proposta soviética de realização de uma Conferência sobre o Médio Oriente é apenas um exemplo — entre muitos outros — a ilustrar o que é que o imperialismo entende por solução de problemas, de carácter internacional, ou simplesmente por negociações. E quem diz os Estados Unidos diz os países cuja política lhe está mais estreitamente ligada.

A lista seria bem longa. Aqui limitamo-nos a salientar alguns factos actuais.

● Na intervenção proferida da tribuna do III Congresso do Partido Congolês do Trabalho, realizado há dias em Brazzaville, o camarada Lúcio Lara, membro do Bureau Político e secretário para a organização do Comité Central do MPLA-Partido do Trabalho, denunciou o não cumprimento, por parte da África do Sul, dos compromissos assumidos em Lusaka.

Nos encontros realizados entre representantes de Angola e da RSA, na capital da Zâmbia, em Fevereiro deste ano, tinha sido assumido o compromisso de retirada das tropas sul-africanas de território angolano, até 30 de Março. Quatro meses são passados sobre essa data, e tropas sul-africanas continuam ainda em terras de Angola.

As mesmas coisas — e como também foi denunciado por Lúcio Lara — «a chantagem imperialista sobre a presença cubana em Angola mantêm-se e serve de pretexto para justificar a não implementação da resolução do Conselho de Segurança da ONU sobre a independência da Namíbia». Identi-

Comentando este facto o jornal norte-americano afirma: «Estes preparativos testemunham que os partidários da "linha dura" na administração Reagan não tencionam procurar uma solução negociada do conflito na América Central». E acrescenta: «Washington conta com a sua força militar como elemento essencial da sua política internacional».

Também em relação à Nicarágua sandinista se agravam os perigos e surgem denúncias de planos norte-americanos para uma invasão do país.

Aliás dificilmente se concluirá outra coisa das recentes afirmações de Reagan, em conferência de imprensa, onde o presidente norte-americano disse: «depois de tantos anos de existência de apenas uma base (soviética) no Hemisfério Ocidental, em Cuba, eles apoderaram-se de bases na Nicarágua e em Granada. Ora já não se têm em Granada». Como o que se passou em Granada é inesquecível, fica assim particularmente claro quais os planos, qual a linha de política externa desenvolvida por Washington.

Por isso, não serve uma conferência, séria, sobre o Médio Oriente. Por isso não são cumpridos compromissos assumidos na África Austral, enquanto se avança com exigências inaceitáveis. Por isso se recusa de facto o diálogo construtivo com Manágua. Ou ainda se utiliza conversações de paz, como as de Genebra, e se boicota na prática outras, como as recentemente propostas pela União Soviética para Viena (onde deveria ser discutida a desmilitarização do cosmos), como um instrumento mais numa política essencialmente belicista.

Na verdade o elemento essencial da política externa norte-americana é a força das armas. Uma outra linha de orientação só é possível se imposta pela luta dos povos.



Cinco anos de Revolução, só possíveis com uma grande participação popular, agora uma vez mais demonstrada

## Nicarágua — razões de confiança

«No momento em que a nossa Revolução completa os seus primeiros cinco anos, tudo nos confirma a convicção de que já não é possível a marcha atrás. A irreversibilidade da Revolução Popular Sandinista afirma-se em cada um dos seus avanços, fortalece-se face a cada obstáculo e agudiza a consciência do povo no cumprimento das tarefas da sua defesa» — estas as palavras de confiança com que se inicia o editorial da «Barricada», órgão oficial da Frente Sandinista de Libertação Nacional, no dia 19 de Julho, dia da Revolução.

Horas depois, o afluxo de uma imensa multidão à con-

centração comemorativa em Manágua — ultrapassando largamente todas as expectativas — viria confirmar a razão de ser destas palavras. Constituído simultaneamente o mais sério fundamento dessa confiança: o apoio popular à Revolução.

Mas enquanto o povo da Nicarágua festeja a liberdade, e sob as mais diversas formas participa na construção do novo mundo possível com o derrube da ditadura de Somoza, Washington, em nome de um outra — bem diversa — «liberdade», aposta no massacre do processo revolucionário nicaraguense.

Denunciando as ameaças e perigos penderos do Comandante da Revolução Daniel Ortega, coordenador da Junta de Governo, afirmou em conferência de imprensa, em véspera do 19 de Julho: «Fala-se da possibilidade de uma intervenção, de um desembarque com a 82.ª Divisão Aerotransportada e estes são elementos que não podemos ignorar». E referiu ainda que a opinião pública, em particular a norte-americana, está a ser preparada nesse sentido, nomeadamente através do recurso à mais infame calúnia. No caso, a de que funcionários do governo sandinista seriam traficantes de droga... Tudo serve para justificar o in-

justificável.

Entretanto, apesar das ameaças, mantêm-se intactas as razões de confiança.

Nem só de festa seria o dia 19. A organização contra-revolucionária FDN, financiada e treinada pela CIA e fundamentalmente composta por ex-guardas somozistas, preparara uma ofensiva terrorista para o dia da Revolução. Uma forma de «comemorá-la» a libertação de um povo, bem digna do imperialismo. Não pôde entretanto concretizar os seus intentos, após a destruição de uma base sua, junto da fronteira com as Honduras, pelo exército sandinista. São estes os

grupos defendidos pelo arcebispo de Manágua, que preconiza mesmo a sua participação nas eleições.

O mesmo povo que acorreu em massa às comemorações da revolução, e que nas zonas fronteiriças trabalha e produz com as armas preparadas, participa também, neste momento, no recenseamento para as eleições a realizar a 4 de Novembro, a que os dirigentes sandinistas atribuem particular significado.

Uma batalha com múltiplas frentes, e que em todas elas conta com a mais ampla participação popular — garante do futuro da Revolução.

## Grã-Bretanha

# Repressão contra mineiros

Mais de quatro meses são passados sobre o início da greve dos mineiros britânicos. De frente para a repressão e os mais diversos esforços de divisão e isolamento dos trabalhadores, tentados pelo governo de Thatcher, os mineiros resistem. Em causa a sobrevivência de uma importante parcela do seu sector de trabalho, dos seus postos de trabalho e até das zonas, falando em termos geográficos, onde hoje vivem

das lutas sindicais, e gerou significativos movimentos de solidariedade. Basta dizer que os trabalhadores portuários não faziam greve há doze anos.

Uma outra característica da acção grevista é que, por força da própria legislação antilabour do governo conservador, as lutas sindicais rapidamente assumem o carácter de um confronto com o governo.

Com as novas leis restritivas do direito à greve e dos pique-

no Lancashire, noroeste da Inglaterra, e em Derbyshire (região centro). Nos dois últimos locais a polícia carregou sobre os milhares de mineiros concentrados em frente das minas.

A situação é de tal ordem, que os protestos se levantam um pouco de todo o lado.

Deputados do Partido Trabalhista ao parlamento da CEE pediram um inquérito sobre a acção da polícia britânica relativamente aos mineiros em greve. Os deputados acusam a polícia de violar direitos e liberdades fundamentais.

Já anteriormente se tinham

registado diversas reacções e tomadas de posição por parte dos trabalhistas contra a brutalidade da repressão policial. O presidente do Partido Trabalhista e o seu secretário-geral acusaram mesmo, em comunicado, o governo «dirigido pela sra. Thatcher de autoritaris-

**Mineiros britânicos há mais de quatro meses em greve: que consequências advirão no futuro deste longo e duro processo de luta, testemunho da gravidade dos problemas em causa e da determinação dos mineiros, que contam com grandes tradições de luta. Nenhuma repressão pode impedir ou apagar a marca das lutas de trabalhadores.**

com as suas famílias. Em causa também a política económica de Thatcher — segundo o «Morning Star», órgão central do Partido Comunista da Grã-Bretanha, a verdadeira intenção do programado encerramento de minas é a reprivatização das mais rentáveis.

Este grande movimento de luta dos mineiros regista-se no quadro de uma intensificação

tes de greve, a repressão policial surge como componente decisiva do «diálogo» do governo com os trabalhadores. As cargas policiais e as prisões fazem parte do quotidiano.

Só neste fim de Julho a polícia prendeu mais de cem mineiros em três regiões da Grã-Bretanha. As prisões foram efectuadas na Escócia, nas proximidades de Edimburgo,



A solidariedade é um factor importante no prosseguimento da luta dos mineiros britânicos. 30.000 manifestantes em Londres na «jornada de acção» sindical de apoio aos grevistas

● **PC Sul-Africano, 63 anos** — Os comunistas sul-africanos comemoraram dia 30 de Julho o 63.º aniversário da criação do seu Partido. Em 1921, representantes de diversos grupos marxistas, reunidos na Cidade do Cabo, lançaram as bases do primeiro partido marxista-leninista do continente africano.

O aniversário do Partido regista-se num momento em que se assiste a um importante crescendo da luta operária. Nos últimos 5 meses realizaram-se mais de 160 greves no país, ou seja, cinco vezes mais que em igual período do ano passado. O movimento grevista desenvolve-se em particular nas grandes empresas, como a multinacional «Anglo-American», nas províncias do Natal e Transvaal, as companhias metalúrgicas «Vetsac» e «Pineare», a «Nissan» de Pretória e a sociedade de transportes «Putco» de Joanesburgo.

Por outro lado o aniversário do Partido tem lugar num momento de grande ofensiva do regime do «apartheid» pelo seu reconhecimento internacional (no mundo capitalista, é evidente), e de grandes manobras no intuito de impor a sua «solução» neocolonialista à Namíbia.

No plano interno, prossegue a política de bantustização do país. Desde o início do ano, mais de 9 mil habitações de africanos foram destruídas na região do Cabo (o ano passado o número de alojamentos da população africana destruídos foi de 6500).

É contra esta política, pelo fim do «apartheid», que os comunistas sul-africanos se batem. Também através de uma activa participação no movimento de libertação nacional, conduzido pelo Congresso Nacional Africano (ANC), eixo da sua acção.

Nos últimos 30 anos os comunistas da RSA têm trabalhado na clandestinidade. Centenas de militantes do PC Sul-Africano são presos e mesmo assassinados.

● **Timor-Leste, a luta continua** — Nos últimos 12 meses, as tropas indonésias que ocupam Timor-Leste desde 1975, sofreram mais de 400 mortos, em emboscadas e confrontos com a Freltin. São dados da agência France-Press que testemunham da continuidade e envergadura assumida pela luta do povo maubere, e frontalmente desmentem a campanha de propaganda lançada pelas autoridades indonésias, com que se pretende fazer crer que o governo de Djakarta

controla a situação em Timor-Leste. Outro testemunho da luta da Freltin são os milhares de presos políticos encerrados nas prisões.

O problema de Timor-Leste figura na agenda provisória da próxima Assembleia Geral das Nações Unidas. Este problema sempre foi regularmente discutido na ONU — com excepção do último ano, como resultado dos contactos havidos entre o Governo português e o governo indonésio.

● **CEE, sobram problemas** — Excepcionalmente, Agosto será mês de trabalho nas estruturas da CEE, tal a gravidade e profundidade dos problemas existentes. Num contexto de crise do capitalismo, ressaltam as contradições, e os laços de solidariedade de classe ficam-se pelos grandes objectivos políticos, em particular em relação ao problema da corrida aos armamentos e ao relacionamento com os países da comunidade socialista. No plano económico é a guerra aberta. O Parlamento Europeu decidiu congelar o pagamento à Grã-Bretanha de uma soma relativa ao reembolso de uma parte dos direitos comunitários pagos por Londres em 1983. Por outro lado, sem um orçamento extraordinário não há fundos para fazer face ao pretendido alargamento da comunidade a Portugal e à Espanha (manifestamente também ligado a razões de ordem política).

Um molho de contradições e confrontos a que há que acrescentar que a gravidade da crise que se vive na comunidade está também dependente das elevadas taxas de juro da banca norte-americana e da cotação do dólar, que Washington utiliza para tentar resolver as suas próprias dificuldades à custa dos seus parceiros da Europa capitalista.

● **Soyuz-T-12** — A nave soviética «Soyuz-T-12», regressou à Terra, depois de ter cumprido com êxito a sua missão no Cosmos. A sua tripulação, composta pelos astronautas Svetlana Savitskaya, Vladimir Djanibekov, comandante da missão, e Igor Volk. Durante a sua missão, os três cosmonautas encontraram-se com os tripulantes da estação orbital «Salyut-7», Leonid Kizim, Vladimir Soloviov e Oleg Atkov, há seis meses a trabalhar no espaço. Svetlana Savitskaya foi a primeira mulher a passear no cosmos e a efectuar duas viagens espaciais. No seu regresso todos os cosmonautas foram condecorados.

mo». Acrescentando: «Encaminha-se, cada vez mais, para uma forma de fascismo sofisticado».

Posições que vêm a ser assumidas apesar da debilidade e heterogeneidade política, das divisões internas, do próprio carácter inconsequente do Partido Trabalhista.

Aliás, mesmo no Partido Conservador crescem sinais de descontentamento. Deputados deste partido têm vindo a opor-se à política governamental, especificamente no campo económico e no campo da legislação autárquica, onde uma orientação antidemocrática é particularmente sensível. Concretamente o ex-primeiro-ministro Heath, não só nega que se esteja a verificar qualquer recuperação económica, como afirma que desde que o governo conservador tomou posse, em 1979, a produção industrial diminuiu 15%.

Ninguém sabe, neste momento, como e quando terminará a greve dos mineiros. Que consequências advirão no futuro deste longo e duro processo de luta, testemunho da gravidade dos problemas em causa e da determinação dos mineiros, que aliás contam com grandes tradições de luta. Mas independentemente da sua forma e envergadura, as consequências não poderão deixar de se manifestar. Nenhuma repressão pode impedir ou apagar a marca das lutas de trabalhadores.